

INSTRUÇÃO NORMATIVA FUNAI Nº 01, DE 29 DE NOVEMBRO DE 1995.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO . FUNAI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº564, de 08 de junho de 1992, tendo em vista que consta do Processo FUNAI BsB 2105/92.

RESOLVE:

Art. 1º- Aprovar as normas que disciplinam o ingresso em Terras Indígenas com finalidade de desenvolver Pesquisa Científica, conforme documento em anexo.

Art. 2º- Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revoga-se a Instrução Normativa Nº001/PRESI/94 de 08 de abril de 1994, como qualquer outro dispositivo em contrário.

Márcio José Brando Santilli
Presidente da FUNAI

ANEXO

Art. 4º- Todo e qualquer pesquisador nacional ou estrangeiro que pretenda ingressar em terras indígenas para desenvolver projeto de pesquisa científica, deverá encaminhar sua solicitação à presidência da FUNAI, e no caso de requerimento coletivo, deverá ser subscrito por um dos membros do grupo, como seu responsável.

Art. 5º- O pesquisador ou pesquisadores deverão anexar ao pedido do que trata o Art. 1º a seguinte documentação:

I- Carta de apresentação da Instituição a que o pesquisador está vinculado e no caso de estudantes de graduação e pós-graduação, carta de apresentação do orientador responsável;

II- Projeto de pesquisa em português, detalhando(as) terra(s) indígena(s) na(s) qual(is) pretende ingressar e cronograma;

III- *curriculum vitae* do(s) pesquisador(es) redigido em português;

IV- cópia autenticada da Carteira de Identidade ou passaporte, quando se tratar de nacionalidade estrangeira;

V- atestado individual de vacina contra moléstia endêmica na área;

VI- atestado médico de não portador de moléstia contagiosa;

VII- quando se tratar de pesquisador(es) de nacionalidade estrangeira, exigir-se-á para a efetivação de seu ingresso na terra indígena e obtenção de seu respectivo visto temporário, como prevê artigo 22 do decreto nº86.715 de 10 de dezembro de 1981, além do cumprimento do disposto no decreto nº98.830, de 15 de janeiro de 1990.

Art. 6º- O pesquisador deverá encaminhar diretamente ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico . CNPq, o Projeto de Pesquisa e *curriculum vitae*.

Art. 7º- A solicitação do ingresso em terra indígena por parte de pesquisadores nacionais ou estrangeiros será objeto de análise pela Coordenadoria Geral de Estudos e Pesquisas . CGEP, uma vez instruído o processo com o parecer favorável do CNPq quanto ao mérito da pesquisa proposta e após ouvidas as lideranças indígenas.

Parágrafo único- A consulta às lideranças indígenas será realizada pela FUNAI, com a presença e participação do pesquisador, podendo este em caso de resposta positiva permanecer na terra indígena com autorização provisória até a emissão de uma definitiva.

Art. 8º- No caso de negativa das lideranças indígenas quanto ao pleito do ingresso ou quaisquer outros entraves levantados no decorrer da análise do processo ou em qualquer outra etapa de desenvolvimento da pesquisa, a CGEP encaminhará ao Conselho Indigenista através da Presidência do Órgão.

Art. 9º- Quando se tratar de pesquisa em espaço territorial de ocupação tradicional de índios isolados, o pedido será ainda objeto de exame prévio específico por parte do Departamento de Índios Isolados . DII-FUNAI.

Art. 10º- A presidência da FUNAI poderá suspender a qualquer tempo, as autorizações concedidas de acordo com as presentes normas desde que:

I- seja solicitada a sua interrupção por parte da comunidade indígena em questão;

II- a pesquisa em desenvolvimento venha a gerar conflitos dentro da terra indígena;
III- a ocorrência de situações epidêmicas agudas ou conflitos graves envolvendo índios e não-índios.

Parágrafo único- Fica automaticamente prorrogada a autorização pelo prazo que a terra indígena objeto do projeto estiver interditada, pelos motivos apontados no Art. 10, inciso III.

Art. 11º- Todos os pesquisadores estrangeiros ou nacionais que tiverem autorizações concedidas para ingresso em terra indígena obrigam-se-ão:

I- cumprir todos os preceitos legais vigentes, notadamente os previstos na Lei nº6001 de 18.12.73;

II- remeter à FUNAI, relatório dos trabalhos de campo, em português, após 6 (seis) meses após o término da pesquisa, onde poderão constar sugestões práticas que possam trazer benefícios para as comunidades indígenas que poderão ser consideradas pela FUNAI nas definições de sua política;

III- remeter à FUNAI, 2 (DOIS)exemplares de publicações, artigos, teses e outras produções intelectuais oriundas da referida pesquisa.